

AS EXPRESSÕES DAS DESIGUALDADES DE GÊNERO, RAÇA E CLASSE NA SAÚDE MENTAL DAS ESTUDANTES NEGRAS DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL DA UFBA

Vanessa de Santana Santos

Universidade Federal da Bahia – UFBA

E-mail: nessa-santanna@hotmail.com

Resumo: O estudo possui o objetivo de problematizar como as relações societárias e suas múltiplas desigualdades são sustentadas pelo racismo e as questões de classe social, bem como essas relações impactam na saúde mental das estudantes negras do curso de Serviço Social da Universidade Federal da Bahia – UFBA.

Palavras-chave: Mulheres negras; Racismo; Espaço acadêmico; Saúde Mental e Classe social.

INTRODUÇÃO

O presente estudo, tem o objetivo de proporcionar uma reflexão e debate crítico sobre os impactos do racismo e da condição de classe na saúde mental das estudantes do curso de Serviço Social da UFBA.

Essa temática resulta das pesquisas de campo (entrevista e questionário) realizados com 13 estudantes negras do curso de Serviço Social da UFBA para o desenvolvimento do trabalho de dissertação intitulado: Adesão e Trajetória da Discentes Negras no Curso de Serviço Social da Universidade Federal da Bahia – UFBA, produzida junto ao Programa de Pós-Graduação sobre Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres Gênero e Feminismo – PPGNEIM/UFBA. O intitulado tema da pesquisa dissertativa, parte dos meus anseios enquanto assistente social formada pela UFBA entre 2012-2017 e mulher negra, tendo como base vivências pessoais e coletivos e a finalidade de proporcionar visibilidade as questões desse grupo, que também são minhas.

Na seção a seguir, será apresentada a metodologia utilizada para a realização do trabalho de dissertação que acarretou no tema deste estudo. Bem como, os nomes fictícios e outras informações a respeito das duas estudantes que mais trouxeram relatos de uma saúde mental comprometida pelo racismo e as opressões de classe social.

Os principais elementos desse estudo, serão demonstrados no tópico sobre – Os impactos do racismo e da condição de classe na saúde mental das estudantes do curso de Serviço Social da UFBA, através de um arcabouço teórico referente a corpo negro, racismo, classe social e população negra, em especial, mulheres negras. Que servirá para reforçar os relatos adquiridos nas entrevistas de campo, descritas no item: As narrativas.

Ao discutir as especificidades do público alvo da entrevista (as estudantes negras), a condição de gênero e raça, e também a de classe social expressada no resultado das pesquisas. Agem como elementos que, ao serem somados geram uma pirâmide de discriminações e desigualdades. E o cruzamento dessas esferas de opressão, classificam-se como interseccionalidades, que de acordo com Crenshaw (2002), trata-se de:

uma conceituação do problema que busca capturar as consequências, estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as possíveis relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras (p.175).

A soma desses esferas de opressão refletem na maneira como homens e mulheres negras relacionam-se com seu corpo e com as pessoas ao seu redor. O racismo interfere

devastadoramente no modo como nos enxergamos enquanto pessoas negras e, conseqüentemente, na nossa saúde mental. E mesmo diante das múltiplas facetas do racismo, seguiremos resistindo, sobrevivendo e dando voz as questões que nos afligem. Mostrando assim, através de estudos como esse, que não estamos em silêncio.

O MÉTODO

Para a realização da pesquisa de dissertação que resultou na temática deste artigo, foram adotadas questões metodológicas que orientaram a produção do estudo e os resultados obtidos. O procedimento utilizado, classifica-se como de campo, isto é, o aprofundamento de uma realidade específica por meio da observação direta das atividades do grupo estudado (GIL, 2008).

A proposta de pesquisa fundamenta-se na abordagem qualitativa e quantitativa (MINAYO,1995). Para a coleta de dados foi adotada a aplicação de questionários, uma vez que, a técnica de investigação é composta por um conjunto de questões a que são submetidas às pessoas com o propósito de obter informações sobre conhecimentos, crenças, sentimentos, valores, interesses, expectativas, aspirações, temores, comportamento presente ou passado etc. (GIL, 2008). E a entrevista sendo “uma forma de diálogo assimétrico, em que uma das partes busca coletar dados e a outra se apresenta como fonte de informação” (GIL, 2008, p. 109).

As perguntas formuladas para o questionário tiveram o objetivo de “obter respostas a respeito das características do público investigado” (GIL, 2008). Tendo um viés socioeconômico e educacional, com trinta e quatro alternativas de múltipla escolha com o propósito de conhecer a realidade social, econômica e educacional das entrevistadas. No fim do questionário, encontram-se duas perguntas abertas que serviram de guia para a entrevista oral e presencial, cuja finalidade foi conhecer o processo de adesão e trajetória das discentes; como elas se sentem enquanto mulheres negras na universidade; e como é permanecer nesse espaço. A entrevista foi realizada com 13 (treze) estudantes negras do curso de Serviço Social que concordaram voluntariamente em participar da pesquisa.

Os depoimentos a serem utilizados foram os que mais evidenciaram uma saúde mental comprometida, sendo assim, serão apresentadas duas narrativas, cujos nomes fictícios são, Luzia e Ana.

Luzia, 21 anos, aderiu ao curso em 2015.1, 7º semestre, solteira, sem filhos, natural de Salvador-Ba, religião Candomblé, orientação sexual: heterossexual. Relatos sobre a condição de classe (social e financeiro) e a dificuldade em manter-se e conciliar estudos e trabalho. Junto ao desabafo de sentir estar em uma universidade que não foi programa para as pessoas negras e suas especificidades, sua pobreza e religiosidade.

Entrevista: 16 de abril de 2018, no PPGNEIM/UFBA, Salvador-Ba.

Duração: 08 min 37

Ana, 26 anos, aderiu ao curso em 2016.1, 6º semestre, solteira, sem filhos, natural de Salvador-Ba, religião Candomblé, orientação sexual: bissexual. Relatos de uma saúde mental comprometida pelo racismo no espaço acadêmico.

Entrevista: 16 de abril de 2018, no PPGNEIM/UFBA, Salvador-Ba.

Duração: 06 min 42

OS IMPACTOS DO RACISMO E DA CONDIÇÃO DE CLASSE NA SAÚDE MENTAL DAS ESTUDANTES DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL DA UFBA

Se o que constitui o sujeito é o olhar do outro, como fica o negro que se confronta com o olhar do outro, que mostra reconhecer nele o significado que a pele negra traz enquanto significante? (NOGUEIRA, 2016, p. 17)

A citação acima, foi utilizada para provocar reflexões sobre como construímo-nos identitariamente enquanto sujeitos negros, a partir do olhar do outro; do confronto com o olhar do outro sobre nós; e com o significado que a pele negra traz.

No texto de Nogueira (2016), o olhar do outro, impacta na forma como nos enxergamos. A forma pejorativa como nos relacionamos e resistimos ao fator racial está vinculado ao modo como ser uma pessoa negra é descrito para nós.

A “democracia racial” convence o negro de pele clara que o racismo só incide em pessoas retintas. O colorismo¹ existente devido a miscigenação reforça o racismo e a ideia

¹ O colorismo ou a pigmentocracia é a discriminação pela cor da pele e é muito comum em países que sofreram a colonização europeia e em países pós-escravocratas. De uma maneira simplificada, o termo quer dizer que, quanto mais pigmentada uma pessoa, mais exclusão e discriminação essa pessoa irá sofrer.

de diferentes “camadas” de cor da pele. É fato que, quanto mais pigmentado a pessoa for no Brasil, mais o racismo lhe afeta, no entanto ser negro de pele clara, não impossibilita a discriminação racial.

A cor da pele impacta em diversos segmentos sociais, sendo no ideário de beleza, nas relações amorosas, na classe social. Incluindo na qualidade de saúde, educação, lazer, saneamento e outros direitos cidadãos que deveriam amparar a todos sem exceção. No entanto, a raça une-se a classe econômica como reflexo da questão racial, ou seja, no Brasil a pobreza tem cor, e isso advém da forma como fomos colonializados, explorados, expropriado e emancipados/atirados na sociedade pós-escravidão. Interferindo assim, ainda hoje, na maneira como a população negra tem acesso aos seus direitos e no modo como relacionam-se com suas particularidades enquanto sujeitos negros.

É evidentemente confuso esse processo psicológico da ordem do inconsciente pelo qual as pessoas negras passam (NOGUEIRA, 2016). Vivenciar diariamente todos os reflexos de uma sociedade segregacionista, do racismo institucional², da desigualdade de raça e classe de forma que tudo isso é naturalizado como sendo efeitos do próprio modelo econômico atual e resquício de outros.

Conforme Nogueira (2016), o corpo humano além do caráter biológico, é afetado pela religião, grupo familiar, classe, cultura e outras intervenções sociais, assim cumprindo uma função ideológica, ou seja, o corpo funciona como marca de valores e a sociedade imprime seus sentimentos e valores sobre esses corpos. Sendo assim, a pessoa negro traz a marca do “corpo negro”, que expressa o repertório da cultura afastada pela negatização

Preso às malhas da cultura, o negro trava uma luta infinda na tentativa de se configurar como indivíduo no reconhecimento de um “nós”. Seu corpo negro, socialmente concebido como representando o que corresponde ao excesso, ao que é outro, ao que extravasa, significa para o negro, a marca que, a priori, o exclui dos atributos morais e intelectuais associados ao outro do negro, ao branco; o negro vive cotidianamente a experiência de que sua aparência põe em risco sua imagem de integridade. (NOGUEIRA, 2016, p. 17)

A relação com o corpo, o olhar do outro e as convívio social, impactam na forma como a população negra vive coletivamente e singularmente. Estamos em uma sociedade, cujos problemas de caráter racial são vistos com resistência, isso quando enxergados.

DJOKIC, Aline. Colorismo: O que é e como funciona, (2015). Disponível: < <http://blogueirasnegras.org/2015/01/27/colorismo-o-que-e-como-funciona/>>. Acesso em: 20/09/2018.

² O racismo institucional atua de forma difusa no funcionamento cotidiano de instituições e organizações, provocando uma desigualdade na distribuição de serviços, benefícios e oportunidades aos diferentes segmentos da população do ponto de vista racial (LÓPEZ, 2012, p.01).

Viver imerso a discriminação ao som de um de vozes que afirmam a inexistência do racismo, interfere na construção identitária e do que é ser negro, na relação com o corpo e a na saúde mental dessa população.

Quando o gênero é somado a essas questões, torna-se perceptível a união do fator raça e gênero na vivência da mulher negra. E ao falar sobre corpos, o corpo da mulher negra é explorado, expropriado e hiperssexualizado desde os processos de escravidão. E durante os séculos de escravidão a mulher negra foi isenta de sua feminilidade, da possibilidade de ter uma família, de autonomia e do casamento, sendo forçada ao sexo não consentido (estupro) – ação essa que resulta na miscigenação. Tendo seu corpo utilizado, exclusivamente, para procriar. E seus filhos retirados ainda criança do seu colo, pois, para o “seu senhor” aqueles não eram filhos, eram corpos sem alma, objeto de trabalho e geração de mais-valia (DAVIS, 2016).

Toda essa herança deixou pouca escolha à mulher negra que

como mostram alguns estudos sociológicos, quando lhe foi permitido ficar com os seus filhos, no período do ventre livre (fase pré-abolição), foram elas que funcionaram como polo organizador da família, exercendo ao mesmo tempo a função materna e paterna, portanto, mulheres fortes, que funcionavam em regime de matriarcado. Os homens, destituídos de sua autoridade na condição de escravos, eram reprodutores, não tinham um nome do qual pudessem transmitir a uma descendência, totalmente destituídos de seu histórico pessoal, de sua genealogia; seu nome não o identificava como um descendente, não constituía um sentimento de linhagem, fator determinante no processo de identificação. Tão pouco estabelecia uma relação geográfica, era difícil para o negro saber de que região da África era egresso. De onde veio, ou quais características físicas determinavam o pertencimento a esta ou aquela tribo, esta ou aquela região (NOGUEIRA, 2016, p. 20).

Homens e mulheres negros/as escravizados/as não eram ao menos possuidores de seus corpos. Contudo, ressalvo que a população negra mesmo sobre muita tortura, resistiu a esse processo. Homens negros escravizados criaram estratégias de fuga, mulheres resistiam ao estupro e também articulavam-se para fugir. E mesmo com toda a tentativa dos senhores de retirar o sentido da família, afastando os filhos de suas mães, separando casais, não permitindo a autonomia do homem e da mulher negra e nem a possibilidade de seguir uma linhagem dando seu sobrenome aos seus filhos (visto que, ao serem arrancados de sua terra de origem, sua identidade também foi retirada), ainda assim, laços familiares eram estabelecidos (DAVIS, 2016).

A população negra é referência de resistência, no caso das mulheres negras, seus corpos ainda hoje são objetivados e referenciados ao prazer e ao trabalho pesado. Quando uma mulher negra tenta ultrapassar as barreiras da segregação fomentada pelo racismo,

ter resiliência e resistência são primordiais para suportar os olhares e falas de questionamento sobre suas habilidades. As configurações sociais, tentam aprisionar as mulheres negras em estruturas que para muitos são satisfatórias e “normais”, mas que além de ultrapassadas são desumanas.

As mulheres negras experienciam de forma bem particular as relações sociais, devido a herança histórica de uma sociedade sustentada pelos resquícios do colonialismo, exploração e expropriação de um povo. Segundo Carneiro (2011), a história ou reminiscências do período colonial, permanece ativa no imaginário social, adquirindo novos contornos e funções que levam a uma suposta democracia, mantendo intactas as relações de gênero segundo a cor ou a raça que foram instituídas no período da escravidão.

A suposta democracia, influencia no não reconhecimento da prática da escravidão e “a inconsciência frente a este crime, perdurar em nosso mundo, muitos danos serão observados na vida mental de todos: indígenas, negros, brancos” (OLIVEIRA, 2006, p. 27).

A exploração sofrida no período da escravidão está incrustada na alma de toda a sociedade (na mente dos brancos e dos negros). Porém, exerce seu poder nefasto nos corpos negros, especificamente, diariamente nos corpos das mulheres negras. Portanto, reviver o passado é coerente para compreender o presente; o passado trata-se de uma categoria social, pois é construído em um contexto social e político, tornando-se histórico através do tempo. As histórias de homens e mulheres negras reportam-se a um tempo em que memórias comuns foram partilhadas, sobretudo através da linguagem oral. A fala individual é um modo de transmitir essas memórias na sociedade (PINTO, ISABELLE, LISBOA e MENDES, 2006).

Pensar a saúde mental, analisando as expressões e nuances do racismo não é tarefa fácil, principalmente, através das produções acadêmicas, visto que, os estudos com a crítica sobre racismo e saúde mental encontram-se limitados. Conforme, (PINTO, ISABELLE, LISBOA e MENDES, 2006)

(...) no âmbito das áreas responsáveis pela produção de conhecimento e intervenção na área de saúde mental, são poucos os trabalhos que fazem o cruzamento com o racismo. Especificamente, as produções de mestrado e doutorado em psicologia abordam vários aspectos da temática e o produto, muitas vezes, se instala no campo multidisciplinar, não se fixando na verificação do impacto do racismo na saúde mental da população negra (p.78).

Mesmo não sendo uma temática com grandes arcabouços, tornou-se possível de análise, especialmente, por meio das narrativas de estudantes com a saúde mental comprometida pelo racismo somado a condição de classe social. Logo, o objetivo deste

trabalho, proporciona a reflexão sobre o racismo, através das narrativas obtidas durante as entrevistas para a elaboração do trabalho de dissertação.

O desenvolvimento desse estudo com mulheres negras acadêmicas, ocupando um espaço social (a universidade) negado a população negra por muitos séculos e permanecendo, como local de difícil acesso até os dias de hoje. É de suma importância para compreender o processo de permanência nesse espaço e o sentimento de pertença ou não a esse lugar, pois, as relações acadêmicas, podem e são afetadas pelo racismo.

As narrativas

O psiquismo humano é formado a partir das experiências emocionais e afetivas vividas na mais tenra infância de nossa existência. (OLIVEIRA, 2006, p. 27).

As entrevistadas partilham da condição de raça, gênero, classe e do curso de Serviço Social como elemento comum. O racismo e a condição de classe econômica e social, repercutem no modo como essas estudantes experienciam o espaço acadêmico.

O racismo atravessa as relações tidas dentro da universidade, partindo da desqualificação da fala da pessoa negra até o questionamento de sua presença naquele lugar. “As trajetórias de vida revelam a existência de um comportamento discriminatório no interior das agências de formação” (PINTO, ISABELLE, LISBOA e MENDES, 2006).

De forma geral, acreditamos existir uma difusão e perpetuação da exclusão da população negra na universidade, mesmo considerando o significativo aumento em termos numéricos de alunos que se autodeclararam negros. Este fenômeno pode ser percebido, seja pela parca inserção de alunos negros em alguns cursos, pela ausência de professores negros, pela relação professor branco-aluno negro, ou mesmo pela produção teórica realizada por brancos em relação à questão racial. Ela não deixa, em muitos casos, ainda que sutilmente, de expor a influência da branquitude. (PINTO, ISABELLE, LISBOA e MENDES, 2006, p.69)

Tratando de saúde mental da população negra, em especial, de estudantes negras do curso de Serviço Social da UFBA. Todas as questões de raça, gênero e classe, vivenciada cotidianamente invadem o imaginário destas estudantes, gerando assim, situações de dor, não pertencimento e sofrimento

(...) experienciar situações compartilhadas por todos os membros do grupo, geradoras de dor, tristeza e desconforto que impactam-para melhor ou para pior na saúde mental com sintomas recorrentes com maior ou menor intensidade nos membros do grupo que sofre opressões (PINTO, ISABELLE, LISBOA e MENDES, 2006, p.75)

Nos depoimentos de Luzia, a condição de classe foi um desabafo presente, todas as suas falas expressaram o quanto é difícil estar na universidade mesmo sendo pública devido as despesas como, transporte, alimentação e os custos com livros, xerox e materiais para estudo. A classe social de Luzia impacta no seu rendimento acadêmico, considerando que, existe um desejo muito grande em exercer uma atividade remunerada para complementar a renda familiar e terminar o seu curso sem tantas preocupações financeiras.

(...) por exemplo, eu preciso trabalhar, preciso de dinheiro, porque eu preciso me manter em uma universidade que é caríssima, que por mais que a gente não pague uma mensalidade se manter aqui é muito caro. E eu preciso também dar conta de outros trâmites na minha vida. Então, as vezes eu preciso pegar, 3,4,5 ônibus em um dia para poder estar aqui e fazer parte e cumprir com minha responsabilidade. E também eu estagio, é um estágio não remunerado que faz parte da carga horária, isso é uma coisa que a universidade projeta que a gente dê conta. Porque, por exemplo, a gente vai para o estágio, a gente paga para estagiar, a gente precisa cumprir essa carga horária, mas não temos nenhum suporte (Luzia, 2018).

A classe social é um elemento importante na discussão de raça, sua aparição nos resultados é quase inevitável, dado que a pobreza atinge um extenso percentual de pessoas negras. Logo, o social e financeiro impacta na saúde mental da estudante que pensa em como pode se manter na universidade, principalmente, no curso de Serviço Social que oferece todas as disciplinas obrigatória no turno da tarde entre às 13h – 18h, impossibilitando as/os alunas/as de desenvolverem uma atividade remunerada, exceto, estágio.

Com isso, vem o sentimento de não pertencimento,

E minha trajetória na graduação, ela se dá de maneira muito árdua, eu acho que é muito difícil por se tratar de uma pessoa como eu, que sou uma mulher negra que sou uma mulher que preciso trabalhar que tenho meus afazeres que tenho todos os trâmites familiares e tenho responsabilidades. E assim, a sensação é de que essa universidade não é projetada para a gente, ela não foi feita para gente e a gente tem que lutar tem que se adequar e as vezes matar um dois leões por dia para sobreviver aqui (Luzia, 2018).

Sendo assim, a sensação de exclusão no espaço acadêmico, descrita por Luzia, advêm do sentimento de ocupar um lugar que não foi projetado para suas questões e especificidades enquanto mulher, negra e sem poder aquisitivo.

Todavia, mesmo com as dificuldades, Luzia continua,

Talvez nenhum de nós sejamos merecedoras de passar por isso, mas faz parte de toda uma conjuntura. E fazer Serviço Social para mim foi extremamente fundamental para meu processo de formação, porque ampliou todos os horizontes daquilo que eu achava que era verdade, daquilo que eu entendia como sociedade. Eu consegui e consigo, hoje, me posicionar enquanto mulher negra. Consigo me enxergar nesse processo das relações raciais e me ver dentro

de um universo, dentro de um universo que não foi projetado para mim (Luzia, 2018).

A condição financeira de Luzia, torna mais difícil sua ascensão social através dos estudos, pois é necessário ter subsídios financeiro para permanecer minimamente bem nesse espaço. Demarcando, desde então, quais são as pessoas que podem ou não usufruir da educação superior pública brasileira. O desejo por uma “vida melhor”, meio as dificuldades para alcançar alguns objetivos e sonhos, acabam adoecendo as alunas,

A lógica é sempre do capitalismo e isso acaba adoecendo, eu ainda não estou nem inserida no mercado de trabalho, mas me sinto completamente adoecida, porque eu, as vezes eu surto, “meu deus eu não consigo” e a incapacidade que nos colocam de tipo assim, a gente não se enxergar naqueles lugares então a gente não é capaz disso. E uma série de vezes na sala de aula, eu as vezes não opino, até hoje isso é uma coisa que eu desconstruo muito porque eu estudo muito, porque eu não acho justo, eu não opinar em uma sala de aula. Porque as vezes eu acho que as pessoas não vão dar credibilidade aquilo ao que estou falando, por eu me tratar de uma mulher negra, pobre, periférica e tudo mais. Mas, enfim, eu acho que essa trajetória ela não é, não está sendo fácil, mas é uma trajetória que eu escolhi passar (Luzia, 2018).

No fragmento, “(...) a gente não se enxergar naqueles lugares, então a gente não é capaz disso”, demonstra que, de acordo com Carneiro (2011), o racismo estabelece a inferioridade social dos segmentos negros da população em geral e das mulheres negras em particular.

Fazendo com que, o sentimento de exclusão dentro dos espaços que por muito tempo foram negados a pessoas negra, sejam mais uma expressão do racismo, logo, uma ação que compromete a saúde mental das/os envolvidas/os.

Situações que afetam de forma negativa na vivência das alunas no curso de Serviço Social e na UFBA como um todo. É inevitável mencionar raça sem em algum momento atravessar as questões de classe. O racismo alicerça muitas das relações desigualitárias no cenário nacional e a questão de classe social é, indiscutivelmente, atravessada pelo racismo.

Nos relatos de Ana, a condição de classe social interfere em sua permanência na universidade, tornando-a ainda mais árdua. Todavia, dependendo da realidade do sujeito envolvido, mesmo as questões de gênero, raça e classe sendo interseccionais um marcador pode ressaír mais que outro, sendo assim, o fator racial é mais predominante na realidade de Ana.

Enquanto mulher negra, feminista negra e militante pelas causas da população negra, especialmente, das mulheres negras e outras minorias. Ana demonstra em seus

relatos o quanto o posicionamento político em defesa de seus direitos e de outros, pode ser exaustivo em um sociedade que resiste em reconhecer as desigualdades estabelecidas.

Um dos primeiros relatos de Ana, foi o embate em sala de aula com um professor (de um departamento que não era o de Serviço Social) mas, estava lecionando uma disciplina obrigatória do curso. Ana, declarou que ao questionar o professor em sala, foi devidamente colocada em seu lugar de aluna e mulher negra, afirmando ter sentido o peso das relações de poder.

Com o professor, a disciplina X e ele colocou de uma forma bem racista a questão da democracia racial e quando eu fui enfrenta-lo ele me rebateu, eu não me lembro exatamente quais foram as palavras que ele utilizou, mas ele deu a entender que os episódios de violência sexual que aconteceram entre os portugueses com as escravizadas eram permissivos e que o processo de democracia racial foi um processo permissível. E a gente sabe que não foi, foi um processo todo montado não só com estupro com relação às escravizadas, mas também as mulheres indígenas (Ana, 2018).

Ana continua:

Então, houve esse confronto, ele não aceitava minha argumentação, ele tentou me colocar no meu lugar de aluna e negra de uma forma pejorativa e eu acabei desistindo da disciplina porque eu vi que minha saúde mental ia se comprometer com aquelas disciplina (Ana, 2018).

A dificuldade em fomentar o debate e reflexão sobre a questão racial no Brasil, é um dos sintomas do racismo. Ana preferiu abdicar de uma disciplina obrigatória e arcar com consequências como, postergar o seu tempo na universidade e comprometer o rendimento da nota, em prol de proteger sua saúde mental.

Eu desisti, abandonei uma disciplina obrigatória e eu tive outra disciplina com ele que eu precisei abandonar, não consegui levar, só vou conseguir suprir essa disciplina no final do curso e isso já atrapalha a minha estadia na universidade na verdade. Faz com que prolongue, porque eu tenho que me esquivar do professor que é racista e está ali no lugar dele de poder e que eu não posso fazer nada, porque é muito mais fácil para a universidade e muito mais conivente que eu me esquive desse professor do que fazer com ele que está sendo racista com várias alunas saia do corpo de docentes ou pelo menos que vá dar aula em outro curso (Ana, 2018).

Experiências assim, provocam o sentimento de exclusão no espaço acadêmico, sensação essa expressada tanto na fala de Ana como na de Luzia. As relações sustentada pelo racismo, tentam convencer as estudantes que aquele não é o seu lugar. Situações assim, geram demandas de saúde mental que são possíveis de serem notados em depoimentos assim:

(...) Então, eu ainda sinto que aqui não é o meu lugar eu me sinto uma estranha, uma intrusa nesse ambiente, eu ainda sinto que falar sobre racismo e machismo na perspectiva da mulher negra dentro da universidade é um assunto incomodo

é um assunto que muitos professores vem como problemático. É algo que incomoda (...); (Ana, 2018).

O distanciamento com debate racial é persistente no Brasil e a resistência em aceitar que o racismo existe e está incutido em todos os segmentos sociais, inclusive é o alicerce da desigualdade, permanece ativo. E vem do desejo de nos convencer da existência de uma convivência supostamente “pacífica” entre brancos e negros e uma democracia racial que concede chances a todos, baseando-se na suposta inexistência de raças no Brasil (SILVA, 2000).

Conforme Silva (2000), a principal justificativa para essa dificuldade em reconhecer o sistema de desigualdade baseado na questão racial está na inexistência de uma legislação antirracista. Assim, a responsabilidade pela existência do preconceito e da discriminação racial é atribuída a nível individual, ou seja, ao próprio negro por ocupar uma posição inferiorizada na sociedade. A autora também menciona que, não existe uma discussão sobre as desigualdades estruturais estabelecidas na educação, saúde, trabalho, renda que compõem o cenário nacional, intensificando a naturalização.

Segundo Oliveira (2006), também para a psicanálise — “ciência” do conhecimento da mente — os aspectos culturais serão os mais importantes na constituição do sujeito. Todos os processos considerados familiares ao sujeito e perpassa, o individual e o subjetivo em íntima relação com a gênese histórica e cultural de uma sociedade enquanto processo de desenvolvimento civilizatório. Logo, a saúde mental é condição primordial para o desenvolvimento societário, e os melhores níveis de discernimento são importantes para a sociedade, produzindo assim indivíduos saudáveis mentalmente e fisicamente.

Um dos maiores níveis de discernimento levados a população negra seria a possibilidade de conhecer sua história e ancestralidade. O reconhecimento histórico e social, favorece o olhar da população negras na esfera individual e coletiva, o relacionamento com o seu corpo e com a sociedade. A integração real do debate racial, junto ao enfrentamento dessa questão é uma ação que permite o reconhecimento de práticas racista e o rompimento da naturalização dessas ações.

A sensação de solidão no espaço acadêmico, também foi citada nos depoimentos. Sobretudo, na fala de Ana ao mencionar que,

Eu acho que a quantidade de mulheres negras cresceu bastante dentro da universidade e o curso de serviço social é demarcado por mulheres negras, mas a gente ainda não tem o espaço de acolhimento para nós e isso falta muito (Ana, 2018).

A necessidade de ter um espaço de acolhimento para as estudantes negras, vem da importância de um ambiente que proporcione amparo aos anseios e particularidades que ao serem exteriorizadas serão sentimentos comuns e familiarizados a realidade de outras mulheres negras. Fochesatto (2011), menciona que o método pela psicanálise tem sua origem na escuta do sujeito que sofre. Sendo imprescindível que a escuta analítica se desdobre em uma escuta de si. Ou seja, ao expressar nossos anseios, dores, dúvidas estamos manifestando através da fala tudo que nos aflige. Externar os sentimentos, também proporciona a reflexão sobre o que a pessoa é, e tudo que ela representa.

Um espaços de acolhimento, seria útil para o fortalecimento do grupo de mulheres negras tão expressivo no curso de Serviço Social. Para o consolidação e expressão de suas especificidades que seriam manifestadas por meio do desejo de luta, mostrando assim, a resistência desse grupo, sobre essa questão Ana relata que,

(...) os espaços administrativos eles precisam se abrir para a gente também eles precisam estar abertos em mente. Em questões burocratizam para nos receber, é porque a gente tem essa capacidade de estar tentando. A gente tem poder de luta, só que as vezes a gente está falando para a parede, as vezes a gente está falando para ninguém, a gente está falando com as costas das pessoas e a gente precisa de atenção para isso, para que essas coisas mudem (Ana, 2018).

E continua:

Olha, eu acho que a gente (nós pessoas negras, mulheres em especial) a gente tem que dar muito volume ao que a gente tenta trazer, a gente se propõe muito ao debate. Eu acho que o fato de você está fazendo uma pesquisa específica para as mulheres negras mostra que a gente não está calada, a gente não está acomodada (Ana, 2018).

Os relatos acima, problematizam algo real na universidade, ou seja, a oposição diante das demandas da população negra, a burocratização na integração das estudantes negras/negros nos programas de assistência e permanência e a necessidade de luta para conquistar mais espaços. Como assistente social formada pela UFBA entre os anos de 2012-2017 e mulher negra, vivenciei essas relações, e esse estudo vem do anseio em problematizar nossas singularidades enquanto estudantes, mulheres, negras e pouco favorecidas financeiramente.

Portanto, as narrativas junto a produção teórica aqui apresentada, tem o intuito de fomentar a reflexão sobre a realidade das mulheres negras na universidade, especialmente, das estudantes do curso de Serviço Social da UFBA. Evidenciando, como o racismo intrincado a condição de classe social atua sobre a estadia das estudantes na universidade e como esse processo pode gerar impactos na saúde mental das discentes.

Mostrando assim, a necessidade de aprofundar as discussões e produções acadêmicas sobre racismo e saúde mental, para proporcionar o maior reconhecimento dessas questões e fomentar o debate, tratamento e estratégias de enfrentamento.

REFERÊNCIAS

CARNEIRO, Sueli. **Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero.** Disponível em: <<http://www.unifem.org.br/sites/700/710/00000690.pdf>>. Acesso 05.02.2014

CARNEIRO, Sueli. Raça e Gênero. In: BRUSCHINI, C. & UNBEHAUM, S. (org.) **Gênero, democracia e sociedade brasileira**, p. 17-194, Editora 34, São Paulo, 2002.

CARNEIRO, S. **Mulheres em movimento.** *Estudos Avançados*, v.17, n. 49, 2003, p. 117-132.

CRENSHAW, K. **DOCUMENTO PARA O ENCONTRO DE ESPECIALISTAS EM ASPECTOS DA DISCRIMINAÇÃO RACIAL RELATIVOS AO GÊNERO.** Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v10n1/11636.pdf>>. Acesso em: **19/08/2018.**

DAVIS, Ângela. **Mulher, Raça e Classe.** 1.ed. – São Paulo: Boitempo, 2016.

FILHO, José Tiago Reis. **Negritude e sofrimento psíquico.** Pulsional Revista psicanalise. Dissertações e Teses. p. 150-156. Ano XIX, n. 185, março/2006.

FOCHESATTO, W. P. F. **A cura pela fala.** Estud. psicanal. no.36 Belo Horizonte dez. 2011

GIL, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social. São Paulo: Atlas, 1999.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afrolatinoamericano.** In: Mujeres, crisis e movimiento: America Latina e Caribe. Isis International, v. IX, jun 1988, Santiago, Chile. p 133-141 - Disponível em: <https://www.dropbox.com/s/cxy6abzfr0lch1e/Por%20un%20feminismo%20afrolatinoamericano.pdf>.

HOOKS, B. **Intelectuais negras.** Revista Estudos Feministas, Rio de Janeiro, IFCS/UFRJE; PPCIS/UERJ, v. 3 n. 2, 1995.

LIMA, S. T. C. e MIOTO, T. R. C. **Ensaio: Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica.** Rev. Katál. Florianópolis v. 10 n. esp. p. 37-45 (2007).

LÓPEZ, L. C. **O conceito de racismo institucional: aplicações no campo da saúde.** Interface COMUNICAÇÃO SAÚDE EDUCAÇÃO v.16, n.40, p.121-34, jan./mar. 2012

MINAYO, M. C. de S. **O conceito de representações sociais dentro da sociologia clássica.** In: GUARESCHI, P. A.; JOVCHELOVITICH, S. (Orgs.). *Textos em representações sociais.* 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

NOGUEIRA, I. B. **A SAÚDE PSÍQUICA DA POPULAÇÃO NEGRA.** Cenários da saúde da população negra no Brasil: diálogos e pesquisas / Organizado por Regina

Marques de Souza Oliveira. – Cruz das Almas: EDUFRB; Belo Horizonte: Fino Traço, 2016.

OLIVEIRA, R. M. S. NOSSO MUNDO ADULTO E SUAS RAÍZES NA INFÂNCIA: SAÚDE MENTAL DA POPULAÇÃO NEGRA E INDÍGENA. Cenários da saúde da população negra no Brasil: diálogos e pesquisas / Organizado por Regina Marques de Souza Oliveira. – Cruz das Almas: EDUFRB; Belo Horizonte: Fino Traço, 2016.

PINTO, A.; ISABELLE, C.; LISBOA, G.; MENDES, R.; AUTONARRATIVAS E OS IMPACTOS DO RACISMO NA SAÚDE MENTAL DA POPULAÇÃO NEGRA: UMA REFLEXÃO. Cenários da saúde da população negra no Brasil: diálogos e pesquisas / Organizado por Regina Marques de Souza Oliveira. – Cruz das Almas: EDUFRB; Belo Horizonte: Fino Traço, 2016.